

## ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Segundo as investigações, o general da reserva, homem-forte da gestão Bolsonaro, era uma peça-chave no plano. Ele coordenaria um gabinete de crise após o golpe

# Trama discutida na casa de Braga Netto

» LUANA PATRIOLINO

A trama golpista para assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), previa o ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto e o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno no comando de um "gabinete de crise". A informação está no relatório da Polícia Federal, que deflagrou a Operação Contragolpe.

Documentos apreendidos pela corporação apontam que a ideia era que esse gabinete fosse formado depois que o plano de assassinato de Lula fosse executado.

"Conforme se observa, o general Heleno seria o chefe de gabinete, tendo como coordenador-geral o general Braga Netto. Logo abaixo dos dois mais importantes, o próprio general Mário e o coronel Elcio fariam parte da assessoria estratégica", diz trecho da decisão que autorizou a operação, assinada por Moraes.

O general Mário citado é o militar da reserva Mário Fernandes, que foi secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência no governo de Jair Bolsonaro. No mesmo arquivo, consta o objetivo do gabinete, as referências legais, a missão, o objetivo, as diretrizes e, por fim, a estrutura organizacional.

Mauro Pimentel/AFP



Bolsonaro e Braga Netto: segundo a PF, a reunião na casa do general ocorreu em 12 de novembro

"O arquivo referente a esse documento tem data de criação em 16 de dezembro de 2022, às 10h43, e modificação no mesmo dia, às 14h06. O último autor é Mário Fernandes. A data de ativação do gabinete consta como 16/12/2022", destaca o relatório da PF.

O plano para executar Lula, Alckmin e Moraes foi discutido na casa de Braga Netto, segundo as investigações.

De acordo com o inquérito,

Braga Netto, homem-forte do governo Bolsonaro, era uma peça-chave no plano de golpe de Estado. O encontro para planejar as execuções foi confirmado pelo tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid e vai ao encontro de materiais apreendidos com o general Mário Fernandes.

Segundo a Polícia Federal, a reunião na casa de Braga Netto ocorreu em 12 de novembro. No encontro, o "planejamento operacional para a atuação dos 'kids

pretos' foi apresentado e aprovado". O encontro teve a participação de Cid, do coronel Hélio Ferreira Lima e do major Rafael Martins de Oliveira.

A investigação da PF aponta que o ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército (Coter), o general Estevam Cals Théophil Gaspar de Oliveira, seria o "responsável operacional" por mobilizar os "kids pretos" no plano. O general nega. (Com Agência Estado)

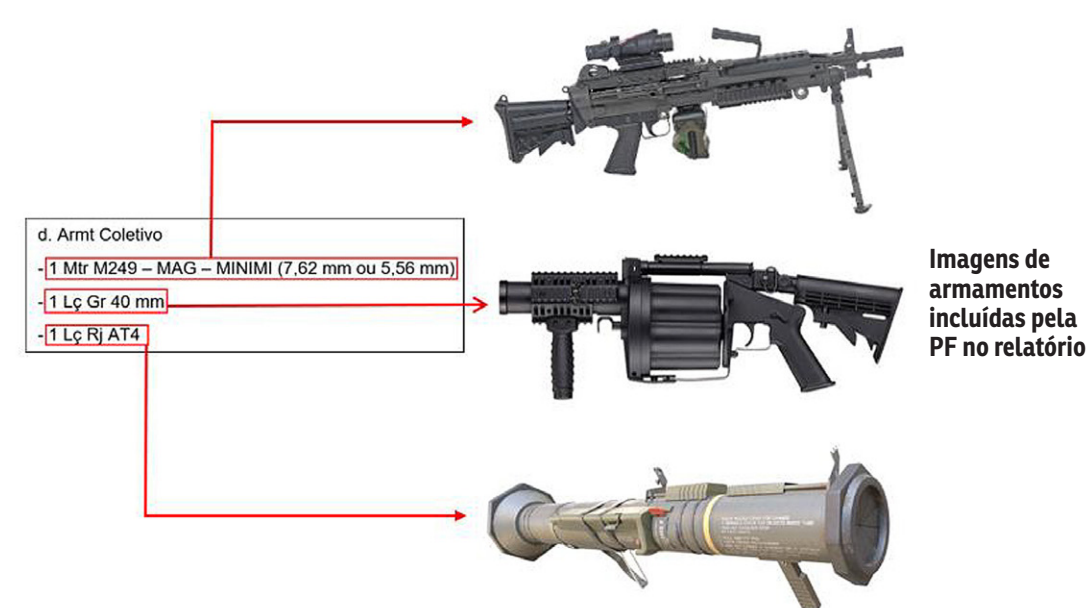
## Uso de armamentos altamente letais

No relatório da Polícia Federal, enviado ao STF, há a descrição dos armamentos que os envolvidos pretendiam usar para consumir o crime contra o presidente Lula, o vice Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Segundo o documento, o arsenal previsto contava com quatro pistolas 9mm ou .40 e quatro fuzis 5,56mm, 7,62mm ou .338, uma munição de alta precisão usada em combates de longa distância. Essas armas são amplamente utilizadas por forças de segurança e militares pela precisão e capacidade de neutralizar alvos em diferentes situações táticas.

Além delas, são citados armamentos de uso coletivo, como a metralhadora M249, que pode ser operada por um soldado, mas tem alta capacidade de disparo automático. Com variantes nos calibres 5,56mm e 7,62mm, essa arma é um recurso estratégico em combates prolongados.

O plano incluía ainda um lança-granadas de 40mm, equipamento que é comumente empregado para destruição de estruturas ou dispersão de grupos



Imagens de armamentos incluídas pela PF no relatório

em terreno hostil.

Entre os itens mais avançados estava o lança-rojão AT4, conhecido por sua eficácia em destruir veículos blindados ou fortificações. O armamento é amplamente utilizado por forças armadas ao redor do mundo e a presença em um contexto civil não é comum, dada sua capacidade de causar danos em larga escala.

Segundo a apuração, os golpistas mencionam "Danos

colaterais passíveis e aceitáveis" em relação ao ataque a Moraes, "em que o documento descreve como passível '100%' e aceitável também o percentual de '100%'. Ou seja, claramente, para os investigados a morte não só do ministro, mas também de toda a equipe de segurança e até mesmo dos militares envolvidos na ação era admissível para cumprimento da missão de 'neutralizar'

o denominado 'centro de gravidade', que seria um fator de obstáculo à consumação do golpe de Estado", destaca um trecho do relatório.

O plano dos assassinatos das autoridades veio à tona após a Operação Tempus Veritatis, iniciada em fevereiro para investigar uma tentativa de golpe de Estado supostamente articulada durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

## Cid pode perder benefícios da delação

» VANILSON OLIVEIRA

Após deflagrar a operação em que prendeu suspeitos de tramitar a morte do presidente Lula, do vice Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes, do STF, a Polícia Federal pediu à Corte a anulação dos benefícios concedidos ao ex-ajudante de ordens da Presidência da República Mauro Cid.

No pedido, a corporação argumenta que o novo depoimento de Cid, ontem, foi insatisfatório. A informação foi revelada pela TV Globo. De acordo com a emissora, Moraes pediu à Procuradoria-Geral da República (PGR) que analise o caso antes de decretar ou não a prisão de Cid.

Na oitiva, o tenente-coronel do Exército negou qualquer

envolvimento ou conhecimento de um plano para assassinar Lula, Alckmin e Moraes.

Cid compareceu à sede da PF, em Brasília, por volta das 14h, onde prestou depoimento por cerca de três horas. Ele foi intimado após a polícia recuperar dados de seu computador que, segundo as investigações, incluíam trocas de mensagens relacionadas aos supostos assassinatos. Os arquivos, que haviam sido apagados, foram recuperados pela PF com a ajuda de um software israelense.

De acordo com as apurações, o nome de Cid surgiu em conversas com o general de brigada da reserva Mário Fernandes, também preso nesta terça-feira. As mensagens apontam o planejamento de ações criminosas

contra lideranças do Executivo e do Judiciário.

O ex-ajudante de ordens da Presidência foi preso pela primeira vez em março de 2023, sendo posteriormente solto após firmar um acordo de delação premiada em setembro do mesmo ano.

### Decisão

Na delação, ele revelou a realização de reuniões de Bolsonaro com o comando das Forças Armadas para discutir maneiras de impedir a posse de Lula como presidente, em janeiro de 2023. O ex-ajudante de ordens não mencionou o plano de assassinato do petista.

O pedido de anulação terá de ser decidido por Moraes.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Plano era matar Lula, Alckmin e Moraes

O plano para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, revelado, ontem, pela Polícia Federal (PF), roubou a cena do último dia de reunião do G20 e tornou-se o principal assunto político de Brasília. As investigações mostram que havia, sim, um plano golpista, que seria iniciado no dia 15 de dezembro de 2022, com o sequestro e/ou assassinato de Moraes, mas foi abortado em razão de um imprevisto: a suspensão da sessão do Supremo marcada para aquele dia.

O plano para envenenar ou executar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e assassinar o vice Geraldo Alckmin com objetivo de manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder, foi descoberto com recuperação de mensagens do celular do tenente-coronel Mauro Cid, então ajudante de ordens da Presidência da República. A localização dos contatos incrimina também o ex-ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto, general de quatro estrelas, que foi escolhido como candidato a vice na chapa de Bolsonaro e era um dos chefes do grupo que pretendia impedir a posse de Lula. Uma das reuniões para traçar o plano, segundo a PF, teria sido realizada na casa do militar.

A descoberta dos arquivos, que haviam sido deletados, complica ainda mais a situação de Mauro Cid, que não havia fornecido essas informações na sua delação premiada. Todo réu tem direito a não fornecer provas contra si próprio, porém, no caso de delação premiada, isso pode resultar na anulação desse benefício, porque o acordo exige que o delator fale tudo o que sabe. Ontem, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro prestou um longo depoimento à PF e disse que não sabia da existência do plano.

Até agora, o principal militar comprovadamente envolvido na conspiração é o general Mário Fernandes, ex-assessor da Presidência, que aparece com a camisa da seleção brasileira em atos pró-Bolsonaro em Copacabana. Ex-secretário-executivo da Secretaria Geral do governo do ex-presidente, também exerceu a função de assessor do deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), mas foi afastado do posto por determinação do STF.

Mais três militares do Exército ligados às Forças Especiais da corporação, os chamados "kids pretos", participaram do grupo: o tenente-coronel Hélio Ferreira Lima, que já havia sido preso pela PF em fevereiro, com outros 16 militares, e participou da reunião de "preparação" do golpe, em 2022, na casa de Braga Netto; o major Rodrigo Bezerra Azevedo, que servia no Comando de Operações Especiais, em Goiânia, em 2022; e o major Rafael Martins de Oliveira, com quem a PF apreendeu, em fevereiro deste ano, os materiais que mostram que o ministro Alexandre de Moraes era monitorado.

Um policial federal, que participou da segurança de Lula, também foi preso: Wladimir Matos Soares passava informações sobre a segurança do atual presidente e está envolvido no caso da falsificação do atestado de vacina de Bolsonaro. Rafael Oliveira e Hélio Lima teriam participado de uma reunião, em 12 de novembro, na casa de Braga Netto, na companhia de Mauro Cid. Após este encontro, Rafael teria enviado a Cid um documento em formato word intitulado "Copa 2022", que detalhava as necessidades iniciais de logística, armas e recursos financeiros para realizar uma operação planejada para 15 de dezembro.

### "Punhal Verde e Amarelo"

Ao recuperar o material, a PF descobriu que o grupo "Copa 2022", com codinomes de países que estavam disputando a Copa do Mundo naquele ano, planejava o sequestro de Moraes, que foi abortado. A PF cruzou dados de chips de celular, aluguel de carros e outras fontes. Concluiu que o grupo monitorava o ministro. Os celulares estavam cadastrados em nomes de terceiros, em outras regiões do país.

"Às 20h33, a pessoa associada ao codinome 'Brasil' informa um dos locais em que estavam atuando. Diz: 'Estacionamento em frente ao Gibão Carne de Sol [restaurante]. Estacionamento da troca da primeira vez'. Em seguida, a pessoa associada ao codinome 'Gana' informa que já estava no local combinado: Tô na posição'. O interlocutor 'Brasil' responde 'Ok'". A troca de mensagens continua até que, às 20h57, a pessoa de codinome Austria diz: "Tô perto da posição. Vai cancelar o jogo?". Cerca de dois minutos, Japão, o suposto líder do grupo, respondeu: "Abortar... 'Austria'... volta para local de desembarque... estamos aqui ainda..."

As evidências colhidas pela PF apontam que um segundo documento-chave da investigação, denominado "Punhal Verde e Amarelo", foi elaborado pelo general Fernandes. Esse arquivo revela um "planejamento operacional" que "tinha como objetivo executar o ministro Alexandre de Moraes e os candidatos eleitos Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho".

A PF aponta que o documento foi impresso pelo general no Palácio do Planalto, em 9 de novembro de 2022. Nessa mesma ocasião, os aparelhos telefônicos de outros investigados — Rafael Oliveira e Mauro Cid — também estavam conectados à rede que cobre o Palácio do Planalto. Depois, esses papéis foram levados ao Palácio da Alvorada, residência oficial do então presidente Bolsonaro.